

Advogados de Groff e Pencak querem provas

Rio — Os advogados Luís Guilherme Vieira e Luís Bernardo Moraes, que defendem, respectivamente a Danilo Groff e Maurício Pencak, presos na Polícia Federal, por terem participado das manifestações contra o presidente da República, junto ao Paço Imperial, na Praça XV, acham muito pouco provável que o juiz da 2ª Auditoria de Marinha, Roberto de e Silva, decrete a prisão preventiva dos dois acusados, como foi pedida pelo delegado do DOPS, Carlos Mandim de Oliveira, encarregado do inquérito sobre as manifestações contra Sarney.

Os dois advogados expli-

caram que, em direito, "cabe ao acusador o ônus da prova e que, até agora, ela não existe, a não ser, baseada no depoimento do Sr. Paulo Herrera". Para o advogado Luís Guilherme, "é bem provável, isto sim, que após tirar suas conclusões, o próprio Ministério Público verificará que a acusação de Paulo Herrera é falsa, levando-o a responder a processo por crime de denúncia caluniosa".

Quanto ao depoimento das pessoas que integravam a comitiva presidencial e viajavam no mesmo ônibus que Sarney, entre elas a deputada Sandra Cavalcanti, que afirma ter condições de descrever o

homem que teria quebrado com uma picareta o vidro da janela ao lado da qual viajava o Presidente, ele deverá ser tomado pelo próprio delegado Carlos Mandim de Oliveira, que estará viajando segunda-feira, para Brasília.

Ontem, à tarde, na porta da Polícia Federal, um grupo de manifestantes do recém-formado comitê pela libertação dos presos políticos e pelo fim da Lei de Segurança Nacional, portando faixas, fez uma vigília de uma hora à frente da delegacia da Praça Mauá, apoiado, também, pela mãe do preso Maurício Pencak, Anita Pencak.

STM só julga na quinta-feira

O ex-assessor do governador Leonel Brizola, o bioquímico Danilo Groff, deverá permanecer preso até o final da semana que vem. Na quinta-feira, termina o prazo para o procurador-geral da Justiça Militar, Eduardo Pires Gonçalves, despachar seu parecer concedendo ou não o **habeas-corpus** impetrado pelo advogado carioca Nilo Batista, em favor de Groff.

As informações solicitadas pelo presidente em exercício do Superior Tribunal Militar (STM), Paulo César Cataldo, ao delegado da Polícia Federal, Carlos Alberto Mandim, e ao procurador da Justiça Militar do Rio, Newton Rangel Coutinho, deverão chegar na segunda-feira, dia em que se encerra o prazo para

a prestação das informações que deverão instruir o processo.

De posse dessas informações, o ministro Cataldo vai despachar o processo ao procurador-geral da Justiça Militar, Eduardo Pires Gonçalves, que em 48 horas dará seu parecer favorável ou não ao pedido de **habeas-corpus** de Groff. O parecer do procurador poderá ou não ser acolhido pelo ministro relator César Cataldo, cuja decisão será referendada pelos demais ministros da casa, quando retornarem das férias forenses, em agosto.

Mesmo que o **habeas-corpus** seja concedido na próxima semana, Groff corre o risco de ser preso em seguida. Sua pri-

são preventiva poderá ser decretada pelo delegado Carlos Mandim, que acompanha o caso no Rio de Janeiro. Com isso, fica, então, indefinida a data da libertação de Danilo Groff das dependências da Superintendência da Polícia Federal do Rio, porque, se Mandim decidir pela prisão preventiva, os advogados terão de entrar com outro recurso para que ele responda em liberdade pelo crime do qual está sendo acusado.

Groff está preso desde o último dia 29, acusado de haver participado das manifestações de agressão ao presidente da República e sua comitiva, dia 25 de junho, no Paço Imperial, no Rio.